

DISCUSSÕES SOBRE FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Eduarda Farias ● 0009-0000-4494-6015

Secretaria Municipal da Educação de Cascavel

Dra. Eliane Brunetto Pertile ● 0000-0002-7301-6121

Instituto Federal do Paraná

RESUMO: O tema ao qual o presente trabalho se dedicou foi a flexibilização curricular para estudantes com deficiência intelectual. Teve-se o objetivo de compreender a que medida a flexibilização curricular pode contribuir para a qualidade da escolarização dessas pessoas. Quanto à metodologia, foi desenvolvida uma revisão integrativa de literatura, por meio de um levantamento de trabalhos publicados nos últimos quatro anos (2020-2023) no Portal de Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações. Além disso, foi realizada uma discussão sobre o tema com base nos estudos da Teoria Histórico-Cultural, abordando a constituição social do desenvolvimento humano. As produções sobre o assunto apontam para a necessidade de trabalhar a flexibilização curricular nas escolas e aprofundar as pesquisas sobre o assunto. Com base na Teoria Histórico-Cultural, entretanto, foi possível inferir que é preciso cautela para que a flexibilização curricular não precarize os trabalhos com os conteúdos, pois este é fator fundamental para a compensação social da pessoa com deficiência intelectual.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Histórico-Cultural; Inclusão escolar; Ensino comum; Educação Especial.

DISCUSSIONS ABOUT CURRICULAR FLEXIBILIZATION FOR STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES

ABSTRACT: The theme to which this work was dedicated was Curricular Flexibility for students with Intellectual Disabilities. The objective was to understand the extent to which Curricular Flexibility can contribute to the quality of these people's schooling. Regarding the methodology, an integrative literature review was developed, through a survey of works published in the last four years (2020-2023) on the CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) Periodical Portal, on the CAPES Theses and Dissertations Bank and on the Brazilian Library of Theses and Dissertations. Furthermore, a discussion was held on the topic based on studies of Historical-Cultural Theory, addressing the social constitution of human development. Productions on the subject point to the need to work on Curricular Flexibility in schools and deepen research on the subject. Based on the Historical-Cultural Theory, however, it was possible to infer that caution is needed so that Curricular Flexibility does not make work with content precarious, as this is a fundamental factor for the social compensation of people with intellectual disabilities.

KEYWORDS: Intellectual Disability; Inclusion; Cultural Historical Theory.



1 INTRODUÇÃO

Com o crescente acesso das pessoas com deficiência às escolas comuns, nas últimas décadas tem se ampliado a necessidade de uma organização do processo de escolarização que consiga contemplar mediações que oportunizem a todos a apropriação dos conhecimentos escolares. Nesse contexto, dentre o público que compõe a Educação Especial, as pessoas com deficiência intelectual constituem um grupo que requer atenção e suscita preocupações porque as características que marcam esse desenvolvimento, geralmente, exigem ajustes em vários momentos da ação docente para a assimilação dos conteúdos.

Frente a essa questão, a ênfase aos processos de acessibilidade na educação escolar ultrapassa a questão do acesso aos espaços físicos da instituição e adentra às questões metodológicas do ensino, à organização do tempo e das formas de atendimento, ou seja, são necessários apoios e encaminhamentos que oportunizem o que Vygotsky (1989, p. 101) chama de “aprendizagem adequadamente organizada”.

Nessa realidade, uma das alternativas que tem sido debatida é a proposição de flexibilização curricular. Essa questão, embora seja bastante recorrente nos diálogos atuais sobre a Educação Especial, não é recente, pois na década de 1990 os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) já defendiam “alterações realizadas nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologias para atender às diferenças individuais dos alunos (Brasil, 1998, p. 49). De tal modo que indicavam a possibilidade de “eliminar conteúdos, objetivos e critérios de avaliação para o grupo de referência do aluno, em razão de suas deficiências ou limitações pessoais” (Brasil, 1998, p. 51).

Muitos docentes optam por essa possibilidade. Há, entretanto dúvidas quanto à coerência dessas alterações, pois podem incidir sobre a oportunidade de acesso ao conhecimento e em relação ao propósito da educação escolar de promover aprendizagem e desenvolvimento humano. A hesitação se assevera frente ao caráter imprescindível dos conteúdos escolares e as “interdependências entre o



desenvolvimento psíquico e os processos de apropriação de signos consubstanciados na transmissão dos conhecimentos” (Martins, 2013, p. 287).

Assim, para uma melhor compreensão dessa questão, o objetivo do presente estudo foi compreender a que medida a flexibilização curricular pode contribuir para a escolarização das pessoas com deficiência intelectual colaborando para a apropriação dos conhecimentos. Foi necessário refletir, então, sobre algumas questões: Quais são os procedimentos adotados para a flexibilização curricular? O desenvolvimento da flexibilização curricular contribui ou não para a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual?

2 METODOLOGIA

Foi desenvolvida uma revisão integrativa de literatura por meio de um levantamento de trabalhos publicados nos últimos quatro anos (2020-2023) e um estudo bibliográfico qualitativo sobre o desenvolvimento da pessoa com deficiência a partir da Teoria Histórico-Cultural. A revisão integrativa de literatura permite ampliar a compreensão do fenômeno analisado (Souza, Silva e Carvalho, 2010) e a finalidade da pesquisa bibliográfica “é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (Marconi e Lakatos, 2003, p. 183). A análise qualitativa, por sua vez, “trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo, dos processos e dos fenômenos” (Minayo, 2001, p. 22).

Assim, foi realizado um levantamento com buscas de publicações dos últimos quatro anos (2020 a 2023) no portal de periódicos CAPES, no Banco de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Foram combinados os descritores: “flexibilização curricular” e “Educação Especial”; “flexibilização curricular” e “alunos com deficiência”; e “flexibilização curricular” e “deficiência intelectual”. A seleção dos trabalhos foi realizada por meio da leitura dos títulos, dos resumos e dos sumários. Algumas pesquisas não se direcionam



especificamente para a questão da flexibilização curricular, mas a contemplam, fornecendo elementos para a verificação do teor que assumem as discussões. Assim, o conjunto de dados constituído foi composto por quinze (15) trabalhos, sendo nove (09) artigos, seis (05) dissertações e uma (1) tese.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. RESULTADOS DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Todos os resultados obtidos no levantamento bibliográfico possibilitaram encontrar estudos que abordaram a temática de uma forma ampla e com contribuições significativas, conforme apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 - Resultados das pesquisas realizadas

Títulos	Autores	Tipo	Ano
Adaptações curriculares para estudantes com deficiência intelectual: desafios e perspectivas	Vania Salete Cassol Daga, Leonel Piovezana e Tania Mara Zancanaro Pieczkowski	Artigo	2020
O ensino de ciências no contexto inclusivo: flexibilização curricular e apropriação do conhecimento por estudantes com deficiência intelectual	Leonora Aparecida Dos Santos Lopes	Dissertação	2020
Práticas pedagógicas na alfabetização da criança com deficiência intelectual	Andrialex William Silva	Dissertação	2020
O Ensino de Ciências em um Contexto Inclusivo: Relato de uma Prática Pedagógica no curso de Ciências Biológicas	Carolina Farias da Costa e Daniela Medeiros	Dissertação	2020
Escolarização de crianças com deficiência intelectual: problematizações sobre o currículo e os conteúdos escolares no ciclo de alfabetização	Amélia Maria Araújo Mesquita, José Rafael Barbosa Rodrigues e Kelly Paixão de Castro	Artigo	2020



Títulos	Autores	Tipo	Ano
Planejamentos pedagógicos voltados para crianças com deficiência intelectual: experiências colaborativas a partir da ação do Atendimento Educacional Especializado	Jáima Pinheiro de Oliveira e Maria Almerinda de Souza Matos	Artigo	2021
1. Processos avaliativos em uma classe do ensino fundamental e no atendimento educacional especializado durante a pandemia	Suênia Roberta Ferreira de Carvalho Cunha	Dissertação	2021
2. A Educação Especial na Base Nacional Comum Curricular: reflexões sobre o currículo e o lugar que diferentes sujeitos ocupam no documento	Vanessa Cristina Gonçalves	Dissertação	2021
Um estudo sobre adaptação curricular no ensino regular: educação inclusiva em foco	Rebeca do Nascimento Luz e Lilian Moreira Cruz	Artigo	2022
Flexibilização curricular e seus reflexos na prática e no ambiente escolar para a educação inclusiva	Maylan Barbosa Santos e Lilian Moreira Cruz	Artigo	2022
3. Estar presente é estar incluído? Análise de situações em que a inclusão escolar não acontece	Bárbara Amaral Martins e Miguel Claudio Moriel Chacon	Artigo	2022
4. Indicadores sobre alfabetização e letramento de crianças com deficiência intelectual matriculadas na escola regular	Jáima Pinheiro de Oliveira e Neusa Terezinha Rocha dos Santos	Artigo	2022
5. Estratégias para alfabetização que contemplam especificidades de estudantes com deficiência intelectual em produções científicas e diretrizes educacionais	Neusa Teresinha Rocha dos Santos	Tese	2022



Títulos	Autores	Tipo	Ano
A Organização do Trabalho Didático da educação física em tempos de pandemia: alternativas inclusivas ante o isolamento social do estudante com deficiência	Ronaldo Rodrigues Moises e Emmanuella Lopes	Artigo	2022
Justiça curricular e Educação Especial no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (2019)	Juliane Bonin, Andrea Soares Wuol e Cássia Ferri	Artigo	2023

Fonte: Organização das autoras (2024).

A composição desse conjunto de produções bibliográficas permitiu verificar que, embora a flexibilização curricular não seja um tema central em muitas pesquisas, é abordado no decorrer da discussão como alternativa para o trabalho com as pessoas com deficiência em diferentes áreas. Outro aspecto percebido no levantamento das produções é identificação de diferentes terminologias com sentido idêntico ou aproximado, como flexibilização curricular; adaptação curricular; diferenciação curricular e acessibilidade curricular, mostrando que o assunto ainda carece de melhor definição. Em linhas gerais, as produções destacam a temática como pertinente e necessária frente ao atual contexto educacional.

A indicação da falta de ações que garantam a flexibilização curricular na prática escolar é expressiva nas pesquisas, conforme se observa no estudo de Martins e Chacon (2022) que frente ao propósito de analisar situações em sala de aula, realizaram uma pesquisa com 16 professoras e 22 alunos, público da Educação Especial matriculados em escolas públicas de Corumbá e Ladário em Mato Grosso do Sul. Os dados foram coletados por meio de filmagens e permitiram aos autores constatarem situações que foram consideradas não inclusivas e revelaram a falta de atenção individualizada das professoras aos estudantes da Educação Especial, ausência de flexibilização curricular, oferecimento de atividades desvinculadas do



trabalho desenvolvido pelos demais alunos e falta de respostas pedagógicas condizentes ao nível de desenvolvimento desses discentes.

No mesmo sentido, Gonçalves (2021), ao buscar compreender o currículo adaptado e flexível voltado para a Educação Especial a partir das orientações da Base Nacional Comum Curricular, denuncia os interesses empresariais que perpassam o documento, o que repercute em um ensino homogêneo traçado para um “sujeito universal” sem a previsão de ações que indiquem a flexibilização curricular como alternativa. Com base na revisão das produções existentes sobre o currículo adaptado e flexível, a autora constatou que há confusões nos significados de “adaptação” e “flexibilização” e ausência de reflexões sobre a prática pedagógica.

Sob condições mais conflitantes, as dificuldades nas práticas pedagógicas se ampliam, inclusive em relação às adequações necessárias à pessoa com deficiência, conforme se pode inferir a partir da percepção de Cunha (2021) que relata a ausência de encaminhamentos relacionados à flexibilização curricular no modelo de ensino remoto. A autora fez um Estudo de Caso que envolveu duas professoras, uma do ensino comum e a outra do atendimento educacional especializado, e permitiu constatar que as concepções docentes sobre a deficiência estavam ancoradas no modelo médico, o que repercute na flexibilização curricular que se constitui a partir de estereótipos e restrições sobre os alunos.

As ações de flexibilização curricular no período de pandemia decorrente da COVID-19 também foram preocupação de Moisés e Lopes (2022). Com o objetivo de propor a discussão de alternativas para a “Educação Física Inclusiva” voltadas para os estudantes que constituem o público da Educação Especial, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com aplicação de questionário aos pais sobre as especificidades de cada aluno. Os autores constataram que houve maiores necessidades de flexibilização curricular por meio da utilização de tecnologias virtuais, mas a organização para todos os estudantes foi a mesma, dando continuidade a um modelo que não atende aqueles com deficiência. Por fim, indicaram que a flexibilização em



meio a pandemia teria de ocorrer com parcerias entre os professores e os pais dos alunos.

A falta de flexibilização curricular no trabalho educativo também é destacada no período de alfabetização da pessoa com deficiência intelectual. Mesquita, Rodrigues e Castro (2020) nos convidam ao debate em torno da articulação entre o currículo e a educação especial, por meio da análise dos conteúdos de escolarização para alunos com deficiência intelectual matriculados no ciclo de alfabetização de uma escola pública da rede municipal de Belém/PA. Após uma análise qualitativa dos cadernos dos alunos, os autores puderam observar aspectos positivos no que tange o trabalho das docentes em garantir o acesso aos conteúdos. No entanto, em relação aos aspectos negativos, colocam a complexidade das atividades não levando em consideração a especificidade de cada aluno. Como conclusão constataram que o processo de alfabetização para alunos com deficiência intelectual é marcado por intencionalidade pedagógica, mas ainda há falta de metodologias que possibilitem a aprendizagem de crianças com deficiência intelectual. Os autores reiteram também a necessidade de pesquisas mais aprofundadas na temática da flexibilização curricular.

A flexibilização curricular para a inclusão durante processo de alfabetização foi uma preocupação também para Oliveira e Santos (2022). Nesse estudo foi realizada uma revisão sistemática de literatura com o objetivo de identificar e sistematizar indicadores relacionados às práticas que podem favorecer os processos de alfabetização e letramento de crianças com deficiência intelectual. De modo geral, os estudos obtidos no levantamento de produções acadêmicas apresentam reflexões diversas: há evidências de que a adaptação, flexibilização e/ou diferenciação curricular se apresentam como possibilidade de inclusão, mas não foram identificadas práticas consistentes de apresentação de alternativas para o trabalho pedagógico; sendo um problema a falta de investimento em formação.

Santos (2022), com o objetivo de identificar nas produções científicas e nas diretrizes nacionais estratégias para alfabetização de alunos com deficiência



intelectual, desenvolveu uma pesquisa bibliográfica e documental contemplando a Base Nacional Comum Curricular e a Política Nacional de Alfabetização e Programa Tempo de Aprender. Embora a flexibilização curricular não seja tema central neste estudo, a autora se insere no debate e afirma a necessidade de priorizar investimentos estruturais e financeiros para as ações pedagógicas, além da necessidade de “mudança de paradigma da cultura escolar frente à flexibilização do currículo, atendimento ao ritmo e singularidade de cada estudante com foco naqueles com deficiência intelectual” (Santos, 2022, p. 105-106).

Silva (2020) também teve o objetivo de analisar as práticas pedagógicas no processo de alfabetização da criança com deficiência intelectual e nessa discussão menciona a flexibilização curricular. A metodologia que utilizou na pesquisa foi um estudo de caso e uma pesquisa participante e etnográfica, em uma turma de terceiro ano do ensino fundamental, de uma escola filantrópica da cidade de Natal – RN. Ao acompanhar a prática pedagógica da professora, identificou momentos de flexibilização curricular para a estudante com deficiência intelectual, o que, segundo a autora, contribuiu para que fossem consideradas as potencialidades do estudante e respeitadas suas peculiaridades.

Assim como Silva (2020), outros autores ressaltam os benefícios da flexibilização curricular e de encaminhamentos com denominações similares. Luz e Cruz (2022) realizaram uma análise de produções acadêmicas sobre a adaptação curricular no período de 2008 a 2018. A pesquisa optou por estudos voltados para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental - anos iniciais. As autoras constataram a efetivação e execução das adaptações curriculares nas escolas, contribuindo para o processo da aprendizagem e o desenvolvimento social. Entendem que as adaptações curriculares são contribuintes no processo educacional, pois são respostas dadas pelo sistema educacional a fim de atender a singularidade do aluno a partir de ações pedagógicas específicas.

Nesse mesmo sentido, Lopes (2020) entende que “o aluno com deficiência deve fazer parte da classe regular, aprendendo as mesmas coisas que os outros,



mesmo que de modos diferentes, cabendo ao professor fazer as adaptações necessárias” (2020, p. 26). Com o propósito de investigar como a flexibilização curricular e a apropriação do conhecimento científico estão sendo mediadas para estudantes com deficiência intelectual, contemplou documentos federais e estaduais (de Goiás), além de estudos teóricos sobre o tema. A metodologia envolveu estudo de caso, entrevistas e observações em uma escola. A autora entende que a inclusão de alunos com deficiência na classe regular “implica o desenvolvimento de ações adaptativas, visando à flexibilidade do currículo, para que ele possa [...] atender as necessidades individuais de todos os alunos” (2020, p. 26).

Bonin, Wuo e Ferri (2023), abordam a “justiça curricular” como um termo que, talvez, possa ser aproximado de flexibilização curricular, a depender do sentido que este assume. As autoras tiveram o objetivo de discutir a noção de justiça curricular e sua interlocução com a Educação Especial, no âmbito do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense, de 2019. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que constatou que, ao trazer a “justiça curricular” para o debate da Educação Especial, se pode repensar a escolarização dos sujeitos de forma a superar o entendimento das normativas normalizadoras, com conhecimentos limitados às técnicas especializadas, estruturadas em estereótipos médicos de deficiência.

A expectativa de que por meio da flexibilização curricular seja possível atender às necessidades educacionais da pessoa com deficiência intelectual é acompanhada de ponderações quanto às condições para a efetivação de ações e em relação à necessidade de formação docente e de pesquisas para melhor entendimento dos encaminhamentos. Costa e Medeiros (2020) explicam que são poucos os profissionais capacitados e faltam recursos adequados como materiais adaptados para os alunos. Com o objetivo de divulgar uma proposta de inclusão de alunos com deficiência a partir da disciplina de Prática de Ensino de Biologia do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, essa pesquisa, caracterizada pelo relato de experiência, permitiu



às autoras observarem que mesmo com a flexibilização curricular existem desafios ao se trabalhar com alunos com alguma deficiência.

Daga, Piovezana e Pieczkowski (2020) debatem que o emprego com maior segurança pelos docentes das adaptações curriculares como uma prática pedagógica de atendimento aos estudantes, implica em maiores conhecimentos para os professores. O estudo realizado teve o objetivo de analisar como os professores de estudantes com deficiência intelectual, no Ensino Médio, compreendem e fazem uso das adaptações curriculares atendendo à política de Educação Especial. O processo de investigação ocorreu por meio de uma pesquisa qualitativa em duas escolas da rede pública estadual de Chapecó (SC), mediante entrevistas semiestruturadas com oito professores de estudantes com deficiência intelectual. Foi possível identificar que, mesmo diante das dificuldades estruturais enfrentadas na atuação inclusiva, os professores conseguem promover adaptações curriculares de pequeno porte. A pesquisa constatou, ainda, que se faz necessária a disponibilidade de materiais pedagógicos e de tempo para planejar coletivamente com assessorias pedagógicas nas escolas.

Santos e Cruz (2022, p.16) reiteram esse entendimento, alertando que “flexibilizar ou adaptar o currículo requer uma formação continuada que contemple essa dimensão, mas também exige recursos acessíveis e investimento na educação”. O estudo teve o objetivo de analisar a adaptação ou flexibilização curricular nas práticas pedagógicas para o público da Educação Especial, a partir de análises de documentos norteadores da educação inclusiva e do Projeto Político Pedagógico de uma escola. Foi realizada pesquisa de campo através da observação e de escritos em diários de bordo durante o período do Estágio Supervisionado Obrigatório III. As autoras defendem que é necessário mais que leis e estruturas, é preciso uma quebra de paradigmas (Santos e Cruz, 2022, p. 16). Debatem que é possível perceber uma distância entre a lei, o que é dito e o que é efetivado na comunidade escolar. Apesar do grande quantitativo de normativas, “a inserção de alunos/as com deficiência em



escolas regulares não assegura a inclusão/ aprendizagem na práxis” (Santos e Cruz, 2022, p.15).

Quanto a questão do desenvolvimento de pesquisas sobre a flexibilização curricular, Oliveira e Matos (2021, p. 22) destacam que as discussões sobre “acessibilidade atitudinal, concepções sobre Deficiência Intelectual, adaptações curriculares, expectativas docentes sobre o processo de aprendizagem desses estudantes e formação de professores permanecem em cena”, exigindo maiores estudos. Com o objetivo de mapear as produções científicas sobre planejamentos pedagógicos com perspectiva colaborativa, realizaram uma revisão de literatura, que, dentre outros aspectos, permitiu às autoras indicarem a “diferenciação curricular” como uma possibilidade para tornar o ensino acessível, superando a culpabilização única da criança pela não aprendizagem. Assim, afirmam que “é necessário também uma atenção maior em relação aos processos de mediação pedagógica, tema pouco explorado nos trabalhos analisados e, por isso, bastante importante para futuros estudos” (Oliveira; Matos, 2021).

De modo geral, as pesquisas apresentaram preocupação com: a ausência de flexibilização curricular nas escolas; a falta de condições e formação docente para fazê-las; a necessidade de pesquisas sobre o assunto. Não fica claro ainda quais são os procedimentos que constituem a flexibilização curricular ou como o professor deve proceder. Mas os estudos são incisivos ao dizer que a flexibilização precisa acontecer e que efetiva aplicação fornece condições importantes para a pessoa com deficiência. Há um consenso de que a flexibilização curricular é necessária e colabora para a escolarização do estudante com deficiência intelectual.

Todavia, há autores que questionam se este processo está contribuindo para o ensino e efetiva escolarização, ou se somente está cumprindo com as exigências da legislação, sem observar as especificidades dos alunos e banalizando o acesso ao conhecimento escolar (Garcia, 2006). Sabe-se que a escola enfrenta significativos obstáculos para organizar uma educação humanizadora e emancipatória, devido ao



interesse hegemônico pela superficialização e parcialização da formação de todos os trabalhadores, o que atinge também a pessoa com deficiência dessa classe.

Nesse sentido, é preciso construir uma consciência crítica sobre esse consenso e colocar a dúvida em movimento para analisar a que medida a flexibilização curricular se apresenta como resposta que atende às necessidades de aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual. O embasamento teórico sobre o desenvolvimento humano e a condição específica da deficiência intelectual fornece elementos que colaboram nesse debate, o que pode ajudar a evitar equívocos nos procedimentos de flexibilização curricular, principalmente frente ao trabalho com os conteúdos e ao risco de precarizar o acesso a esses.

Com base nas produções levantadas e nos propósitos deste trabalho, foram elencadas três questões a serem debatidas: a constituição social do desenvolvimento humano; a deficiência intelectual; e a flexibilização curricular. Para abordar esses aspectos é utilizado, na continuidade, o suporte teórico de estudos sobre o desenvolvimento do psiquismo, de Leontiev (2004) e sobre a pessoa com deficiência, de Vigotski (2022).

3.2. A CONSTITUIÇÃO SOCIAL DOS ASPECTOS HUMANOS

Entender a flexibilização curricular para estudantes com deficiência intelectual, bem como, o processo educacional como um todo, exige estudar as especificidades desses sujeitos, o que demanda compreender, anteriormente, as leis gerais do desenvolvimento humano, ou seja, como acontece geralmente, para depois refletir sobre as intercorrências e necessidades que são próprias da condição dessa deficiência. Os estudos da Teoria Histórico-Cultural contribuem para essa compreensão da constituição humana, compreendendo-a como um processo social.

Com base nos estudos de Leontiev (2004, p. 340) sobre “os princípios do desenvolvimento psíquico na criança”, entende-se que “a criança não se adapta ao



mundo dos objetos e fenômenos humanos que a rodeiam, fá-lo seu, isto é, apropriar-se dele”. Isso quer dizer que o ser humano não nasce com todas as condições para intervir nas relações que o rodeiam, as obtém a partir daquilo que pessoas em seu convívio transmitem. Nesse sentido, é imprescindível a apropriação daquilo que foi produzido pelo coletivo, pois:

apropriação é um processo que tem por resultado a reprodução pelo indivíduo de caracteres, faculdades e modos de comportamento humanos formados historicamente. Por outros termos, é o processo graças ao qual se produz na criança o que, no animal, é devido à hereditariedade: a transmissão ao indivíduo das aquisições do desenvolvimento da espécie (Leontiev, 2004. p. 340).

Destaca-se, assim, que o ser humano está em constante processo de apropriação e é necessário que haja um coletivo de pessoas mediando conhecimento, cultura e informação para que ocorra a apropriação efetiva e, conseqüentemente, o desenvolvimento humano.

Compreende-se que ao nascer, o ser humano ainda não possui a formação completa de suas capacidades, pode ter todos os órgãos e toda sua estrutura orgânica/anatômica, mas ainda não tem estabelecido suas funções, visto que é a partir do contato com o meio social que conseguirá isso. Nesse sentido, Leontiev (2004, p. 347) explica que “a criança não nasce com órgãos aptos a realizar de repente as funções que são produto do desenvolvimento histórico dos homens, estes se desenvolvem no decurso da vida pela aquisição da experiência histórica”.

A criança pode, por exemplo, ter os aspectos biológicos dos órgãos visuais e auditivos constituídos, mas o desenvolvimento da capacidade de percepção e análise está vinculada às experiências que esta terá oportunidade de obter nas relações com seus pares. Desta forma, todas as funções superiores são dependentes da experiência que será oportunizada.

Assim, a escola tem papel fundamental, quando a pensamos e defendemos enquanto espaço capaz de promover a socialização dos conhecimentos que sintetizam a experiência histórica do coletivo humano. Entendemos que a escola,



enquanto instituição formadora, tem como objetivo a socialização da cultura que repercute no desenvolvimento cognitivo do ser humano, ou seja, no aprimoramento das funções psíquicas superiores. Sobre isso, Martins (2011) afirma que:

o desenvolvimento do psiquismo humano identifica-se com a formação dos comportamentos complexos culturalmente instituídos - com a formação das funções psíquicas superiores, radica a afirmação do ensino sistematicamente orientado à transmissão dos conceitos científicos, não cotidianos, tal como preconizado pela pedagogia histórico-crítica. Ou seja, inferimos que para a psicologia histórico-cultural a natureza dos conteúdos e atividades escolares é variável interveniente na qualidade do desenvolvimento psíquico dos indivíduos (Martins, 2011. p. 12).

Destaca-se, portanto, na sociedade contemporânea a escola enquanto espaço favorável para a socialização da cultura e, por consequência, oportuno para o desenvolvimento das capacidades mais avançadas em cada pessoa. Através do trabalho com os conteúdos, que sintetizam elementos fundamentais conquistados ao longo da história humana, a escola oportuniza o desenvolvimento. Assim, o aprendizado impulsiona a constituição das funções mais avançadas, como a capacidade de pensamento, planejamento, e raciocínio, entre outras, o que evidencia a relevância do processo de mediação para apropriação dos conhecimentos. Segundo a Martins (2011):

[...] da mesma forma que o emprego de ferramentas possibilita a complexificação da atividade humana, o emprego de signos promove a complexificação das funções psíquicas. O sistema de atividade do indivíduo determina-se a cada etapa pelo grau de desenvolvimento orgânico e pelo grau de domínio de signos. É o desenvolvimento conjunto de ambos que abre as possibilidades para um terceiro e mais decisivo patamar de desenvolvimento: a ampliação cultural do raio das ações humanas (Martins, 2011, p. 66).

As ferramentas utilizadas e os signos internalizados durante o processo ensino-aprendizagem oportunizam a ampliação da consciência humana. Ou seja, com a apropriação dos conteúdos os alunos ampliam seus conhecimentos e



consequentemente obtém desenvolvimento psíquico. Frente ao papel fundamental do social na constituição humana e do acesso aos conhecimentos formais para o desenvolvimento psíquico, entende-se que o currículo escolar deve evidenciar a escola enquanto espaço social compromissado com a socialização da riqueza cultural. Nesse sentido, Malanchen (2021) enfatiza que:

[...] as várias disciplinas e seus conteúdos curriculares têm o papel de promover o desenvolvimento psíquico dos alunos. O pensamento conceitual do sujeito, o raciocínio lógico, por fim, as funções psicológicas superiores são desenvolvidas de forma integral, a partir da organização e transmissão do conhecimento científico pelo professor, que deve ser apropriado pelo indivíduo (Malanchen, 2021, p. 129).

Nesse sentido, o currículo deve ser base para o planejamento de ações pedagógicas para o acesso ao conhecimento. Compreendemos, então, que a flexibilização do currículo escolar é um expediente que exige cuidados, cautela e uma reflexão rigorosa dos efeitos que poderá ter na aprendizagem, pois o ambiente escolar é de extrema importância também para as pessoas com deficiência, justamente pela possibilidade de acesso aos conteúdos organizados no currículo.

3.3. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

No que diz respeito à pessoa com deficiência é preciso reiterar a relevância do acesso à cultura como possibilidade de obter desenvolvimento. A pessoa com deficiência intelectual também necessita desse trabalho com os conteúdos mediados pela ação docente e do acesso a um currículo enriquecido, para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, tendo em vista que, justamente por suas especificidades, ela também precisa do conhecimento científico para se desenvolver. O que diferencia esse desenvolvimento é a necessidade de mediações mais específicas, intensas e adequadamente organizadas.



Sendo assim, pode-se mencionar a necessidade de modificações no trabalho pedagógico. Entretanto, deve-se enfatizar que nenhum ajuste pode oferecer à criança um ensino inferiorizado, negligenciando ou abrandando o trabalho com os conhecimentos. É, justamente, a criança com deficiência intelectual que mais necessita do trabalho com os conteúdos, mesmo que com maiores esforços no processo de ensino e com maior tempo em seu processo de aprendizagem. Nesse sentido, é relevante o conceito de compensação social, no qual Vygotski (2007) explica que a educação da criança com deficiência:

deve basear-se no fato de que, simultaneamente com o defeito, estão dadas também as tendências psicológicas de uma orientação oposta; estão dadas as possibilidades de compensação para superar o defeito e de que precisamente essas possibilidades se apresentam em primeiro plano no desenvolvimento da criança e devem ser incluídas no processo educacional como sua força motriz (Vygotski, 2007, p. 45).

Estão nas relações socialmente estabelecidas as possibilidades de desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual. Por meio do trabalho com o conhecimento, a escola tem a possibilidade de desenvolver a capacidade volitiva do sujeito, o que está relacionado a mobilização das forças para superar os limites impostos pela deficiência. Nesse sentido, a flexibilização curricular não pode retirar os desafios do percurso do estudante. É, a partir das dificuldades e da consciência dessas, que se torna possível a organização dos esforços para a superação (Vygotski, 2022). Então, a educação precisa mediar sem subestimar, evitando que a pessoa com deficiência se acomode a uma realidade que não a motiva.

Ao mesmo tempo, deve-se possibilitar que aquilo que lhe é proposto esteja em níveis de dificuldade possíveis de serem enfrentados. Sobre isso, Vygotski (2007) menciona a zona do desenvolvimento iminente que se caracteriza pela possibilidade de a criança realizar atividades e solucionar problemas com a ajuda de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.

Com relação à questão da flexibilização curricular, o “não querer” da criança em hipótese alguma pode ser motivo para retirada do conhecimento ou para o declínio



da atividade pedagógica. Ao contrário, é frente à "falta da vontade" que a mediação precisa ser reorganizada e intensificada. Ou seja, os conteúdos precisam ser trabalhados de várias formas, com estratégias diversificadas e recursos variados. Uma criança que não sabe ler e é resistente ao trabalho com a leitura porque ainda não desenvolveu a vontade de aprender tal conhecimento, o fará mediante o trabalho mais enriquecido no ensino e, consequentemente, a vontade se estabelecerá, não pela espontaneidade, mas pela diretividade da ação pedagógica. Em relação à questão da vontade e do desenvolvimento da atenção voluntária, Vigotski explica que:

A criança normal dispõe da possibilidade de variar de acordo com sua vontade do campo percebido. Isso está relacionado à capacidade para concentrar voluntariamente a atenção nos diferentes aspectos e momentos da situação. A diferenciação limitada da personalidade da criança com atraso mental conduz ao atrofamento da atenção voluntária. (Vygotski, 2022, p. 342).

Uma vez que a ação volitiva está relacionada com o desenvolvimento da atenção, a aprendizagem da criança precisa ser mediada pelo professor para que ela desenvolva essa capacidade, evitando que perca o interesse pelo que está sendo transmitido. Desta forma, a flexibilização curricular deve ser feita para que a atenção do aluno com deficiência se fortaleça a partir da mediação. Um entendimento equivocado pode conduzir o docente a operacionalizar flexibilizações e adaptações ajustadas à falta de atenção voluntária da criança, de forma a não estimular que essa função se constitua, não favorecendo o desenvolvimento.

Com base nos fundamentos da Teoria Histórico-Cultural e nos estudos de defectologia, entende-se que o ato intelectual, por si mesmo, na criança com deficiência intelectual "manifesta-se em todas as propriedades fundamentais da mesma natureza que na criança normal" (Vygotski, 2022, p. 332). Assim, entende-se que o percurso do desenvolvimento da criança com deficiência é o mesmo que o da criança dita "normal", no entanto, a mediação para o acesso ao conhecimento deve ser organizada conforme suas especificidades.



Sendo assim, uma criança cega necessita de um material diferenciado (tátil e auditivo), que compense a falta da visão, auxiliando em seu processo de apropriação do conhecimento. Por conseguinte, a pessoa com deficiência intelectual precisa de formas de ensino que potencializam o seu entendimento, portanto, os processos de flexibilização devem ser oportunos para que os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento sejam alcançados.

A dificuldade que a criança com Deficiência Intelectual enfrenta para acessar o pensamento complexo não deve afastá-la dessa oportunidade. O fato é que “qualquer abstração é difícil. Todo o relacionado com o conceito, com a imaginação e com o irreal é difícil, em um grau superior, para essa criança” (Vigotski, 2022, p. 348), isso não quer dizer que o trabalho com a capacidade de abstração seja dispensável, ao contrário, exigirá mais de quem medeia, bem como, repercutirá valiosamente nos processos de desenvolvimento do sujeito.

Com base nisso, a flexibilização curricular ao subestimar o estudante e superficializar o trabalho com os conhecimentos, prejudica seu desenvolvimento. Ou seja, o docente responsável pela adaptação deve observar as especificidades de seu aluno e, a partir da atividade orientada, conduzir o aprendizado.

Considerando as dificuldades que se apresentam em sala de aula, e a necessária elaboração de maneiras adequadas para ensinar, a Educação Especial vem se mostrando extremamente importante, não mais para substituir a escolarização, mas para desenvolver o trabalho colaborativo com o ensino comum.

Nesse sentido, é possível alcançar o entendimento de que a flexibilização curricular poderá contribuir (ou não) para a escolarização da pessoa com deficiência a depender dos propósitos do processo educacional. À medida que a educação escolar assume como finalidade a emancipação humana, a flexibilização curricular precisa estar vinculada ao compromisso com a aprendizagem dos conteúdos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Na pesquisa realizada foi possível constatar que não há uma definição precisa, tampouco procedimentos evidenciados nas produções acadêmicas que esclareçam o que é a flexibilização curricular e como essa tem sido feita. A Teoria Histórico-Cultural permite compreender que a flexibilização curricular pode contribuir para a escolarização das pessoas com deficiência intelectual colaborando para a apropriação dos conhecimentos desde que as ações e ajustes colocados em prática fortaleçam as mediações e o trabalho com os conteúdos escolares. Por outro lado, é preciso ter cautela, pois encaminhamentos que, em nome da especificidade do estudante, abrandem o trabalho com a cultura ou subestimem sua capacidade, podem comprometer o desenvolvimento, especialmente da pessoa com deficiência intelectual que tem na mediação e na internalização dos signos a possibilidade de superar os limites que a própria deficiência.

O exercício da análise crítica precisa acompanhar a ação docente, permitindo a reflexão sobre a finalidade da flexibilização curricular, questionando se os ajustes estão sendo propostos pela necessidade do estudante ou pelos limites que a instituição escolar tem para oferecer uma educação que contemple a todos, efetivamente. Progredir nos anos escolares não basta, é necessário que a criança conquiste autonomia, o que se dá pelo conhecimento. Nesse sentido, a flexibilização curricular contribui para a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual à medida que esteja no conjunto do processo educativo, e que este tenha convicção de seus fins.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria do Ensino Fundamental. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Adaptações Curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

BONIN, J.; WUO, A. S.; FERRI, C. Justiça curricular e Educação Especial no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (2019). **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. e64/1–25, 2023. DOI: 10.5902/1984686X73430. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/73430>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BRANDL, C.; PEREIRA, A.; SILVA MALHEIROS, L.; MEDEIROS, D. **O Ensino de Ciências em um contexto de inclusão escolar**: um estudo de caso. *Revista Insignare Scientia - RIS*, v. 4, n. 4, p. 159-180, 20 jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/11765>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CUNHA, S. R. F. de C. **Processos avaliativos em uma classe do ensino fundamental e no atendimento educacional especializado durante a pandemia**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23323?locale=pt_BR. Acesso em 12 mar. 2024.

DAGA, V. S. C.; PIOVEZANA, L.; PIECZKOWSKI, T. M. Z. **Adaptações curriculares para estudantes com deficiência intelectual**: desafios e perspectivas. *Revista Educação Especial*, [S. l.], v. 33, p. e78/1–24, 2020. DOI: 10.5902/1984686X55382. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/55382>. Acesso em: 11 fev. 2025.

GARCIA, R. M. C. **Políticas para a Educação Especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 12, n. 3, p. 299-316, dez. 2006. DOI: 10.1590/S1413-65382006000300002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/mg3MPrvddFrLSQBznDJGXRh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2025.

GONÇALVES, V. C. **A Educação Especial na Base Nacional Comum Curricular**: reflexões sobre o currículo e o lugar que diferentes sujeitos ocupam no documento. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João Del-Rei - Programa: Processos Socioeducativos e Práticas Escolares, 2021.



LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. / [tradução Rubens Eduardo Frias], -- 2. ed. -- São Paulo: Centauro, 2004.

SANTOS, L. A. **O ensino de ciências no contexto inclusivo: flexibilização curricular e apropriação do conhecimento por estudantes com deficiência intelectual**. 2020. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências (PPEC) - Campus Central - Sede: Anápolis - CET, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis. Disponível em: <https://www.bdttd.ueg.br/handle/tede/337>. Acesso em: 10 mar. 2024.

LUZ, R. do N.; CRUZ, L. M. **Um estudo sobre Adaptação Curricular no ensino regular: educação inclusiva em foco**. Revista de Estudos em Educação e Diversidade - Reed, [S.l.], v. 3, n. 10, p. 1-16, 31 dez. 2022. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Edições UESB. DOI: 10.22481/reed.v3i10.11843. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366994793_UM_ESTUDO SOBRE ADAP TACAO CURRICULAR NO ENSINO REGULAR EDUCACAO INCLUSIVA EM F OCOO. Acesso em: 11 fev. 2025.

MALANCHEN, J. **Currículo Escolar e Pedagogia Histórico-Crítica: formação emancipadora e resistência ao capital**. *Colloquium Humanarum*, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 123-132, 10 set. 2021. Associação Prudentina de Educação e Cultura (APEC). DOI: 10.5747/ch.2021.v18.h514 . Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/4115/3307>. Acesso em: 11 fev. 2025.

MARTINS, B. A.; CHACON, M. C. M. Estar presente é estar incluído? Análise de situações em que a inclusão escolar não acontece. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.L.], p. 1339-1355, 30 jun. 2022. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. DOI: 10.21723/riaee.v17iesp.2.17001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17001>. Acesso em: 11 fev. 2025.

MARTINS, L. M. **O Desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Bauru, 2011.

MARTINS, L. M.; Contribuições Da Psicologia Histórico-Cultural para a Pedagogia Histórico-Crítica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 52, p. 286-300, set 2013 – ISSN: 1676-2584.



MESQUITA, A. M. A.; RODRIGUES, J. R. B.; CASTRO, K. P. de. **Escolarização de crianças com deficiência intelectual**: problematizações sobre o currículo e os conteúdos escolares no ciclo de alfabetização. Revista *Exitus*, v. 10, 2020. DOI: 10.24065/2237-9460.2020v10n1ID968. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/968/894>. Acesso em: 21 mar. 2024.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, J. P. de; MATOS, M. A. de S. Planejamentos pedagógicos voltados para crianças com deficiência intelectual: experiências colaborativas a partir da ação do atendimento educacional especializado. Revista *Educação Especial*, [S.l.], v. 34, n. 1, p. 1-26, 27 dez. 2021. Universidade Federal de Santa Maria. DOI: 10.5902/1984686X67106. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/67106>. Acesso em: 11 fev. 2025.

OLIVEIRA J. P. de; SANTOS, N. T. R. dos; Indicadores sobre alfabetização e letramento de crianças com deficiência intelectual matriculadas na escola regular. **Devir Educação**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. e–548, 2022. DOI: 10.30905/rde.v6i1.548. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/548> . Acesso em: 11 fev. 2025.

RODRIGUES M. R.; DE FREITAS LOPES, E. M. **A Organização do Trabalho Didático da educação física em tempos de pandemia**: alternativas inclusivas ante o isolamento social do estudante com deficiência. Caderno de Educação Física e Esporte, Marechal Cândido Rondon, v. 20, p. e–28986, 2022. DOI: 10.36453/cefe.2022.28986. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/28986> Acesso em: 11 fev. 2025.

SANTOS, M. B.; CRUZ, L. M. **Flexibilização Curricular e Seus Reflexos na prática e no ambiente escolar para a Educação Inclusiva**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Edições UESB. Revista de Estudos em Educação e Diversidade - Reed, [S.L.], v. 3, n. 9, p. 1-18, 30 set. 2022.DOI: 10.22481/reed.v3i9.11390. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/364769107_FLEXIBILIZACAO_CURRICULAR_E_SEUS_REFLEXOS_NA_PRATICA_E_NO_AMBIENTE_ESCOLAR_PARA_A_EDUCACAO_INCLUSIVA. Acesso em: 11 fev. 2025.



SANTOS, N. T. R. dos. **Estratégias para alfabetização que contemplam especificidades de estudantes com deficiência intelectual em produções científicas e diretrizes educacionais.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/382eec5d-2d83-4290-a9f7-9a521f6582fe>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SILVA, A. W.; **Práticas pedagógicas na alfabetização da criança com deficiência intelectual.** 185 f. Dissertação de Mestrado em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020. Disponível em: [Praticaspedagogicasalfabetizacao_Silva_2020.pdf](#). Acesso em: 20 mar. 2024.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da. CARVALHO, R. de. **Revisão integrativa:** o que é e como fazer. Einstein, v.o n.1, p. 102-016, 2010.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo (SP) Martins Fontes 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente.** 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VIGOTSKY, L. S. Obras Completas – **Tomo Cinco:** Fundamentos de Defectologia. / Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). — Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022.

Recebido em: 31-05-2024
Aceito em: 06-01-2025

